

A Europa e o Grande Médio Oriente

Publicação: [O Mundo em Português Nº 54](#)

Data de Publicação: Março 2004

Autor: Álvaro de Vasconcelos

O ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, fez recentemente sua proposta de uma estratégia envolvendo a União Europeia e a NATO, para o Grande Médio Oriente. A declaração de Fischer foi a primeira reacção de um governante europeu ao projecto americano de fazer aprovar pelo G8 e pela NATO uma parceria para o Grande Médio Oriente, vasta região que na visão dos americanos vai de Marrocos ao Paquistão. O foco desta estratégia, na perspectiva americana, não seria o conflito israelo-árabe, nem mesmo o Iraque, mas os problemas políticos e sociais que afectam o mundo islâmico e que alimentam o extremismo e o terrorismo. Mas será que esta visão da ameaça, da região, e da resposta é a mais apropriada?

A preocupação com o sul do Mediterrâneo não nasceu no pós-11 de Setembro e já nos anos 80 e 90 tinha motivado um bom número de iniciativas europeias, que viriam a dar origem, em 1995, à Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), com o objectivo de promover a democracia e o desenvolvimento. Temiam-se então, como hoje, as consequências para a estabilidade regional da combinação das dificuldades económicas e dos atrasos sociais, com a crescente perda de legitimidade dos regimes nacionalistas árabes, facilitando a emergência do islamismo radical, forma extrema do nacionalismo identitário. A trágica experiência argelina confirmou plenamente esta análise e o brutal acto de terror do 11 de Setembro deu-lhe uma repercussão estratégica mundial. Os americanos, republicanos ou democratas, concluíram que um dos factores que facilita o radicalismo é a sua identificação com regimes árabes autoritários e, nalguns casos, como na Arábia Saudita, totalitários. Os relatórios de 2002 e 2003 das Nações Unidas, elaborados por um grupo de especialistas árabes, confirmaram a análise de que o radicalismo se alimentava da falta de liberdade e dos atrasos na modernização económica, científica e técnica.

As divergências que têm surgido na Europa e entre europeus e norte-americanos não resultam da identificação dos problemas que enfrentam muitas das sociedades do Sul

mas da sua hierarquização e da política a seguir, nomeadamente em relação ao islamismo político.

Muitos dos defensores de uma grande estratégia para o Médio Oriente recusam, com razão, a teoria do choque das civilizações de Samuel Huntington, sobretudo a sua convicção de que o Islão é incompatível com a democracia, mas fazem sem saber, talvez, um huntigtonismo positivo. Como Huntington, olham para o mundo islâmico como um todo e para o Islão como uma realidade política identificável; o que os diferencia é defenderem que o mundo muçulmano pode ser objecto de uma grande estratégia ocidental de modernização e democratização. Não é aconselhável uma estratégia global para apoiar a democratização do mundo islâmico, do Oriente. O que é necessário é definir políticas adaptadas à situação específica dos diferentes Estados e regiões, tendo em consideração que a democracia é ainda, antes de tudo, um facto nacional, dependente de factores endógenos.

Mas se não é possível impor a democracia também não é viável definir uma estratégia de apoio às transições políticas para uma região tão diversa como a que vai de Marraquexe a Islamabad. O Oriente doente de Bernard Lewis só existe nos medos ocidentais, o que não significa que a maioria dos países dessas regiões, como aliás os da África Negra, não tenham graves problemas estruturais e sejam por isso terreno fértil para correntes nacionalistas identitárias. Correntes que se servem da religião para afirmar um projecto totalitário. O medo das consequências para a estabilidade regional da sua chegada ao poder num dos países do Norte de África tem paralisado as iniciativas europeias e norte-americanas de apoio às reformas políticas e levou alguns radicais laicos europeus a apoiar a interrupção pelos militares do processo eleitoral na Argélia em 1991.

Um aspecto positivo do debate sobre uma grande estratégia para o Médio Oriente é mostrar, como afirma Fischer, que a política de defesa do statu quo já não é possível. Não se pode continuar a apoiar regimes autoritários com medo que os islamistas cheguem ao poder, quanto mais não seja porque tal significa, na prática, apoiar regimes políticos que pelo seu imobilismo favorecem o crescimento das correntes radicais como alternativa aos actuais regimes. Se uma política que globalize a ameaça e a resposta não é desejável qual deveria ser a opção europeia e que política deveriam defender na NATO os Estados da União? Essa política deveria ter quatro componentes essenciais: o reconhecimento da diversidade; o apoio às transições democráticas; a continuação do processo europeu de inclusão e uma enorme coerência.

Tirar partido da diversidade significa reconhecer a especificidade das vocações e instrumentos da União Europeia e dos Estados Unidos, garantindo a sua complementaridade, o que não se faz quando se propõe, como faz Fisher, uma zona de livre comércio impulsionada pela UE e a NATO quando a PEM já inclui esse objectivo, para 2010. Políticas adaptadas à diversidade regional significa para a Europa ter como prioridade a sua margem sul mediterrânea, identificando aí sub-regiões, nomeadamente o Magreb e não diluir as suas iniciativas numa região que vá até ao Paquistão.

Apoio activo aos processos de transição democrática, incentivando os dirigentes actuais a iniciarem um processo gradual de reformas e de abertura, apoiando cada passo que seja dado nesse sentido. Alargar ao sul o método da democracia e da paz pela inclusão que tão bom resultado deu na Europa é a visão da União para os seus vizinhos do sul e a razão de ser do PEM. A iniciativa dita da Europa Alargada, ou de nova vizinhança, com a proposta de acesso para os países do sul que se democratizem, se credível, é certamente um incentivo mais poderoso do que tem sido o projecto de zona de livre comércio da Parceria Euro-Mediterrânica.

A coerência é uma componente essencial desta estratégia: não se pode defender os direitos humanos e ao mesmo tempo preconizar uma cooperação, sem respeito pelo Estado de Direito, na luta contra o terrorismo. Como não se pode preconizar a democracia e apoiar regimes autoritários porque são laicos e anti-islamistas, como se fez em relação a Saddam Hussein.

Os Estados Unidos têm um papel essencial no sucesso de tal estratégia, como tiveram na integração europeia no pós-Guerra. Para isso necessitam de reconhecer o papel central do processo de inclusão euro-mediterrânico e contribuir, como só eles podem, para a resolução dos conflitos que impedem a inclusão e alimentam o radicalismo, nomeadamente concentrando-se numa solução justa para a questão palestina e hoje, também, para a crise iraquiana.

Mas nenhuma destas iniciativas terá sucesso se não se reflectir de forma séria sobre o islamismo político. É necessário reconhecer a sua diversidade, diferenciando os grupos nacionais que aceitam as regras do jogo político dos que, como a al-Qaida, têm uma dimensão essencialmente transnacional e recorrem ao terror. Não haverá transição democrática, liberdade de expressão e de manifestação, se as correntes islamistas que recusam a violência não forem integradas no espaço público. Os direitos fundamentais são para todos, mesmo para os que neles não acreditem. É ao poder judicial que compete decidir, de forma independente, se as leis são respeitadas. Aqui os bons exemplos são, antes de tudo, a Turquia, com a sua experiência de islamismo

democrático e a sua vocação europeia, mas também Marrocos e a Jordânia, com a inclusão dos islamistas no processo de transição.

Ponto importante das relações com os países do Norte de África são os milhões de cidadãos europeus de origem norte-africana, actores políticos, culturais e económicos desse relacionamento. Por isso o actual debate francês sobre o véu é tão essencial: trata-se de garantir os direitos das mulheres muçulmanas nas sociedades europeias, contra o obscurantismo e respeitar, ao mesmo tempo, a diversidade, demonstrando que as democracias são capazes de lidar com o islamismo político, no respeito dos direitos fundamentais e sem importar comportamentos autoritários. Uma globalização da questão islamista teria a consequência trágica de inventar uma nova bipolaridade e trazê-la para o interior da Europa. Aqui, como em tudo que tem a ver com o islamismo, o medo, a ignorância e o dogmatismo são maus conselheiros.